

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA**

ROMERO VITOR FELIX AMORIM

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SEUS COMPONENTES:

Aspectos teóricos e o caso de Belo Horizonte.

Belo Horizonte

2019

ROMERO VITOR FELIX AMORIM

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SEUS COMPONENTES:

Aspectos teóricos e o caso de Belo Horizonte.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientador: José Geraldo Leandro

Belo Horizonte

2019

ROMERO VITOR FELIX AMORIM

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SEUS COMPONENTES:

Aspectos teóricos e o caso de Belo Horizonte.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA

José Geraldo Leandro (Orientador) – UFMG/DCP

Breno Henrique Ferreira Cypriano (Avaliador) – UFMG/DCP

Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ao Departamento de Ciência Política (DCP) e todo o corpo docente envolvido na minha formação. Me graduar nesta universidade não é apenas um sonho, mas uma conquista familiar histórica. Ser o primeiro da minha família a se formar em uma universidade pública me enche de orgulho e me faz sonhar alto. É importante que a Universidade se faça acessível e diversa. A popularização dos espaços de produção de conhecimento é essencial. Foi uma experiência inigualável ser parte disso.

Quero destacar o importante papel das políticas públicas de manutenção de estudantes, dos incentivos governamentais à pesquisa e extensão, das políticas que ampliaram a estrutura e o número de vagas nas universidades, que facilitaram a minha entrada e permanência nesta instituição. Também não posso deixar de gratificar a toda sociedade brasileira, especialmente aos mais necessitados, que financiam este espaço e muitas vezes nem sabem da sua existência e importância.

Agradeço imensamente à minha família, mãe, irmão, esposa e meus sogros pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Aos meus amigos, pela companhia, conselhos e ajudas. Ao professor José Geraldo, meu orientador, pela oportunidade, apoio e incentivo para realização deste trabalho. A todos que fizeram parte da minha formação.

RESUMO

O presente trabalho busca discorrer sobre os componentes do IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, abordando, portanto, os fatores: expectativa de vida, escolaridade e renda, assim como suas especificidades internas. Partindo-se do pressuposto de que para compreender o quadro de desenvolvimento humano de determinada região ou localidade a partir do índice é preciso especificar, previamente, os contributos teóricos das suas qualificantes. Desse modo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em sistemas do *Scientific Electronic Library Online*, do *ScienceDirect*, da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e do Dialnet – caracterizados por agrupar produções da comunidade acadêmica – para especificar os fenômenos de envelhecimento, qualidade de vida, educação e renda em nível local e internacional. Além da exposição teórica, empenha-se também em relacionar tal arcabouço com dados estatísticos sobre o município de Belo Horizonte, com a finalidade de apresentar, como exemplo de aplicação do índice, a situação do desenvolvimento humano em tal localidade.

Palavras-chave: IDH; Educação; Renda; Longevidade; Belo Horizonte

ABSTRACT

The present work seeks to discuss the composition of the HDI, Human Development Index, debating, therefore, the factors: life expectancy, education and income, as well as their internal specificities. Assuming that to understand the human development framework of a given region or locality, it is necessary to specify, previously, the theoretical contributions of the qualifiers of this index. Thus, a bibliographic research is carried out in the systems of the Scientific Electronic Library Online, ScienceDirect, the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations and Dialnet - characterized by grouping productions from the academic community - to specify the phenomena of aging, quality of life, education and income at local and international level. Beyond the theoretical exposition, it endeavors to relate such framework with statistical data of Belo Horizonte city, with the purpose of presenting, as an example of application of the index, the situation of human development in such locality.

Keywords: HDI; Education; Income; Longevity; Belo Horizonte

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCP	Departamento de Ciência Política
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
UDH	Unidade de Desenvolvimento Humano
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
SEÇÃO 1: O FATOR DA LONGEVIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO	10
1.1 OS EFEITOS DO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10
1.2 LONGEVIDADE E QUALIDADE DE VIDA	11
SEÇÃO 2: A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE PROMOÇÃO PESSOAL E COMUNITÁRIA	15
SEÇÃO 3: O PAPEL DA RENDA NA SUBSISTÊNCIA COM DIGNIDADE	20
3.1 A RELEVÂNCIA DA RENDA DIGNA	20
3.2 OS EFEITOS DA DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	21
SEÇÃO 4: DESENVOLVIMENTO HUMANO E POLÍTICAS PÚBLICAS	23
4.1 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO	23
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO BELO HORIZONTE	25
CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	36

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano, conforme será apresentado nos capítulos, pode ser descrito como um estado de bem-estar e qualidade de vida em que o indivíduo disfruta de liberdades que cooperam para sua autonomia. Há muito tempo, a ideia de desenvolvimento esteve ligada apenas ao conceito de riqueza, no sentido de produção, dessa forma, um local era considerado desenvolvido se o PIB (Produto Interno Bruto) fosse comparativamente elevado. Com o passar dos anos, o conceito de desenvolvimento foi se ampliando, sendo que os teóricos atuais apontam multifaces do desenvolvimento e incorporam a estas diversas dimensões para além da econômica, como social, cultural, ambiental e outras (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

Neste trabalho objetivou-se discorrer sobre os componentes do IDH, Índice de Desenvolvimento Humano: expectativa de vida, escolaridade e renda. Partimos do pressuposto de que, para compreender o quadro de desenvolvimento humano de determinada região ou localidade a partir do referido índice é preciso especificar, previamente, os contributos teóricos das suas qualificantes. Desse modo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em sistemas do Scientific Electronic Library Online, do ScienceDirect, da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e do Dialnet – caracterizados por agrupar produções da comunidade acadêmica – para especificar os fenômenos de envelhecimento, qualidade de vida, educação e renda em nível local e internacional. Além da exposição teórica, nos empenhamos também em relacionar o arcabouço de informações com os dados estatísticos sobre o município de Belo Horizonte, com a finalidade de apresentar, como exemplo de aplicação do índice, a situação do desenvolvimento humano em tal localidade.

Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), o conceito de desenvolvimento humano criou-se a partir de uma concepção de ampliação de liberdades individuais e coletivas. Tem relação com as capacidades e oportunidades que os indivíduos possuem a seu dispor, para que possam fazer escolhas e tomar os rumos que desejarem. Para que haja desenvolvimento, é necessário que haja garantias básicas e inerentes a qualidade de vida humana, com o objetivo de promover o bem-estar e aumentar as liberdades de escolha. Essas garantias estão ligadas a dinâmicas sociais, econômicas e políticas. O Programa das Nações Unidas

para o Desenvolvimento (PNUD) conceitua o desenvolvimento humano da seguinte forma:

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (PNUD, 2019).

Dessa forma, o desenvolvimento humano tem perspectiva no indivíduo humano em sua forma plena, não apenas centrado em sua produção, mas em seu bem-estar. Assim sendo, riqueza não necessariamente causa desenvolvimento, apesar de compor sua mensuração através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para que haja desenvolvimento, é preciso que a riqueza transforme a sociedade com indivíduos que vivam mais e de forma saudável, é necessário que as pessoas estudem, sejam cidadãos e exerçam suas capacidades de forma integral, e também é necessário que essa sociedade produza, distribuindo renda e gerando recursos para alimentar o ciclo do desenvolvimento.

Para mensurar o desenvolvimento, criou-se o IDH e o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), afim de aferir o grau de qualidade de vida de uma determinada população através dos indicadores de renda, saúde e educação. Esses índices são inovadores no sentido de desvincular a medida de desenvolvimento do PIB (produto interno bruto), que é um indicador de produção. O IDH foi criado em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub Haq, sendo utilizado pela ONU (Organização das Nações Unidas) como medida de desenvolvimento desde o ano de 1993. Uma característica marcante do índice é sua fácil apuração, por ser composto

de dados mais básicos e de fácil estimativa (MOTA, 2019). Sobre o IDH, o PNUD diz que

O objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH.

O IDH tem o grande mérito de sintetizar a compreensão do tema e ampliar e fomentar o debate (PNUD, 2019).

O Índice de Desenvolvimento Humano utiliza-se de três dimensões para medir desenvolvimento, são elas, longevidade, educação e renda. A longevidade é o conceito para definir uma vida que seja duradoura e saudável, o índice faz uso da expectativa de vida ao nascer como dado para cálculo. No campo da educação, é mensurado o acesso ao conhecimento através dos dados de quantidade de anos estudados. Na temática da renda, utiliza-se o PIB per capita como medida de produção. Todas essas três dimensões são objeto de estudo deste trabalho e serão aprofundadas mais adiante.

Com a proposta de adequar o IDH ao contexto brasileiro e mensurar desenvolvimento de forma mais qualificada, criou-se o IDHM, que ajusta metodologicamente o IDH global para o contexto brasileiro. O IDHM utiliza das mesmas dimensões do IDH e permite mensurar o desenvolvimento de grandes porções territoriais como unidades da federação e até microrregiões denominadas Unidades de Desenvolvimento Humano, que são subdivisões municipais que se assemelham a bairros. Quando comparados os índices, IDHM e IDH, a diferença é basicamente a fonte de dados e, portanto, os dados não são comparáveis. Tanto o IDH, quanto o IDHM são um número que varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da população (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

	LONGEVIDADE	EDUCAÇÃO		RENDA
		População Adulta	População Jovem	
IDHM Brasil	Esperança de vida ao nascer	18+ com fundamental completo	5-6 na escola 11-13 nos anos finais do fundamental 15-17 com fundamental completo 18-20 com médio completo	Renda mensal per capita (em R\$ ago/2010)
IDH Global	Esperança de vida ao nascer	Média de anos de estudo de 25+	Anos Esperados de Estudos	Renda Média Nacional per capita (US\$ ppp2005)

Figura 1: Diferença de dados entre o IDH Global e o IDHM.

Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Atlas Brasil.

Na próxima seção trata-se dos aspectos relacionados à longevidade e aos ciclos demográficos vivenciados no Brasil. Posteriormente, discute-se a questão da educação e seu papel no aprimoramento da sociedade. Na seção seguinte, abordamos a renda e sua relevância para o bem-estar da comunidade, assim como a relação que é estabelecida entre ela e o nível de desenvolvimento econômico de uma sociedade. Por fim, reservamos uma seção para tratar da importância das políticas públicas voltadas ao fortalecimento de tais aspectos e, conseqüentemente, do desenvolvimento humano; e outro para abordar – de modo a exemplificar a aplicação do índice –, os dados do IDH do município de Belo Horizonte.

SEÇÃO 1: O FATOR DA LONGEVIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

1.1 OS EFEITOS DO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O marco da transformação demográfica no Brasil se estabelece a partir dos anos de 1970 com a transformação da sociedade majoritariamente rural e numerosa para as comunidades urbanas, de poucos filhos e um índice menor de morte na infância (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016). Entende-se que o envelhecimento populacional está relacionado com a alteração na estrutura etária da população, não se refere aos indivíduos, mas a gradação do peso relativo do grupo populacional de uma dada idade no qual se define o começo da velhice – considerando a contagem da velhice a partir de elementos econômicos, ambientais, científicos e culturais (CARVALHO; GARCIA, 2003).

Entende-se que o envelhecimento da população é uma questão atual que demanda a atenção das instituições de pesquisa e dos responsáveis pela elaboração, execução e fiscalização de políticas públicas. Essa percepção da fundamentalidade da questão do envelhecimento da população é ressaltada não apenas em nível nacional como por instituições internacionais como a Organização Mundial de Saúde e as Nações Unidas, expondo tal fenômeno (o do envelhecimento da população), como uma preocupação mundial como ressalta Kalache, Veras e Ramos (1987). Assim, coloca-se:

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o envelhecimento da população é um dos maiores triunfos da humanidade e também um dos grandes desafios a ser enfrentado pela sociedade. No século XXI, o envelhecimento aumentará as demandas sociais e econômicas em todo o mundo. No entanto, apesar de na maioria das vezes serem ignorados, os idosos deveriam ser considerados essenciais para a estrutura das sociedades. Em seu relatório sobre o envelhecimento no século XXI, o Fundo de População das Nações Unidas destacou que embora muitos países tenham realizado importantes avanços na adaptação das suas políticas e leis, é necessário direcionar mais esforços para assegurar que pessoas mais velhas possam alcançar seu potencial. (MIRANDA; MENDES SILVA, 2016, p. 511)

O desenvolvimento econômico do país a partir do marco da cidadania envolve pensar, também, a integração da terceira idade no bojo dos direitos sociais e econômicos, aumentando o seu poder de compra, o acesso ao lazer e a qualidade de vida – questão que se analisa com mais detalhe na próxima seção.

1.2 LONGEVIDADE E QUALIDADE DE VIDA

Torna-se preciso esclarecer que o envelhecimento da população está acompanhado por um índice maior de problemas de infraestrutura das comunidades ante as demandas alargadas no campo da previdência social e da saúde. Não obstante, considera-se que os avanços no campo da saúde e da tecnologia tem atuado positivamente para alinhar longevidade e qualidade de vida. Tem-se pesquisas para a prevenção de doenças e projetos que intentam investir na qualidade de vida a longo prazo (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016).

A transição da taxa de fecundidade no Brasil teve início em 1970 seguindo uma progressão de aproximadamente 10% de redução por década nas que se seguiram. As políticas públicas impactaram fortemente sobre esse comportamento e tem derivada da ampliação de serviços básicos como saneamento, tratamento de água e da rede de saúde, a redução nas taxas de mortalidade infantil aumentando a progressão da idade para as crianças nascidas a partir da década de 1960 (FELIX, 2015). Esse fenômeno está relacionado com fatores sobretudo culturais que estruturaram a geração de vida pela mulher como um direito individual a ser estimulado por políticas públicas. As mulheres a partir da metade do século XX se inserem em mudanças sociais que as colocam em uma posição de maior presença no mercado de trabalho. Mudanças de costumes referentes a tradições culturais como o casamento e o nível educacional acentuam o melhor planejamento ao ter filhos (FELIX, 2015).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram a presença majoritária de jovens na estrutura da população no início dos anos 1980. Em 1996 o quadro continua o mesmo se contrapondo a crescente vista nos anos 2000 com um total de 30 idosos para cada 100 crianças enquanto na década de 1990 eram 16 para cada 100 crianças o que demonstra um “metabolismo demográfico”: uma

mudança ocasionada pela queda da fecundidade e atual aumento da população idosa (FELIX, 2015).

O estudo de políticas públicas destinadas aos idosos foi inaugurado no Brasil com a Comissão Especial no âmbito da Secretaria do Ensino Superior constituída pelo Ministério da Educação onde pela primeira vez o governo brasileiro destina esforços a reunir a produção acadêmica para pensar diretrizes e políticas públicas a respeito da população idosa. A comissão inaugurou o intento de se pensar a condição do idoso por diversos campos a fim de sintetizar esforços no redefinir o conceito de envelhecimento, não sendo apenas o biológico pois cada organismo, mesmo os que estão no mesmo tempo cronológico, vivencia as mudanças de forma distinta (FELIX, 2015).

A biologia se contrapõe a classificação por determinada idade ao afirmar a heterogeneidade dos organismos em seu desenvolvimento, não sendo o envelhecimento pelo número de anos vivido, mas sim pelo desgaste causado por eles ao organismo. E, sobretudo, o estudo do envelhecimento tem estabelecido a multidisciplinaridade a respeito do assunto como fator principal para sua definição. Pela OMS o envelhecimento ativo estipula-se presente no idoso não só apto fisicamente, mas também capaz de ter autonomia e executar tarefas em diversas áreas do conhecimento e das ciências, como economia, meio ambiente e educação (FELIX, 2015).

O conceito de qualidade de vida por muito tempo ficou restrito ao espectro da quantidade de coisas disponíveis para o indivíduo, porém atualmente sofre alteração se vendo como a possibilidade do indivíduo de desenvolver todas suas potencialidades em diversos campos, desde a integridade de sua saúde quanto a ações no meio que está inserido (RAMOS, 2002).

O envelhecimento se põe como um fator primordial no pensar as sociedades futuras e em sua estrutura, é de responsabilidade pública a promoção e gerenciamento do bem-estar na velhice visto que se constitui um desafio cada vez maior para as sociedades atuais no que tange a políticas públicas (MELO et al, 2009).

Dois modelos são definidos para falar a respeito de qualidade de vida dos idosos, um que está relacionado intrinsecamente aos aspectos biológicos e outro fortalece uma visão generalista que diz respeito ao meio onde o indivíduo se manifesta

(SIQUEIRA; BOTELHO; COELHO, 2002). Sobre o primeiro, que envolve a saúde do indivíduo, considerações são necessárias a esse respeito.

Ainda no destrinchar da estrutura do envelhecimento biológico temos uma mudança vista na questão da saúde. Com o aumento da longevidade, óbitos por situações agudas são atenuados e em crescimento se mostram os casos de doenças crônicas que acompanham e prejudicam os indivíduos quanto a sua autonomia e independência, além de exigirem mais dos serviços públicos para o tratamento de doenças cujo a incidência está no próprio fator idade (SIQUEIRA; BOTELHO; COELHO, 2002). No quadro biológico os idosos representam a grande parte da parcela que sofre de problemas de saúde debilitantes, sendo eles, por sua vez, três vezes mais presentes em serviços públicos de saúde do que indivíduos em outras faixas etárias (MELO et al, 2009).

O tratamento dos idosos pela rede pública constitui em si um desafio visto que a frequência nas visitas ao médico é proporcional a renda dos indivíduos, portanto, idosos em pior situação socioeconômica visitam o médico com menor regularidade e a efetividade é limitada devido ao tratamento que quase sempre é contínuo, destinado a doenças crônicas, onde por falta de continuidade devido à baixa procura ocasiona em dificuldades na intervenção (SIQUEIRA; BOTELHO; COELHO, 2002).

A segunda visão no tangente a qualidade de vida sob palavras da OMS diz respeito a uma forma mais generalista, quase ambiental sendo descrita como a percepção do indivíduo sob seu papel no órgão comunitário, no contexto em que está inserido, em sua cultura, além de sua saúde física e psicológica, os sistemas em que vive e suas expectativas no que diz respeito aos seus objetivos e preocupações (MELO et al, 2009).

[...] Uma qualidade de vida boa ou excelente é aquela que oferece um mínimo de condições para que os indivíduos possam desenvolver o máximo de suas potencialidades, sejam estas viver, sentir ou amar, trabalhar, produzindo bens e serviços, fazendo ciências ou artes. (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p.7)

O segundo modelo continua a dialogar sobre a integração do indivíduo a comunidade e o papel dessa comunidade em fornecer o aparato necessário para plena satisfação em áreas referentes ao bem-estar do idoso.

Apesar dos esforços para se mensurar, a qualidade de vida ainda é um conceito muito amplo, que tem sua definição em diversas áreas havendo numerosas definições, porém, apesar das divergências, concorda-se que os índices que apontam qualidade de vida não são mensuráveis da mesma forma para a população idosa pois essa conta com uma distribuição muito ampla em diversos grupos onde os conceitos de bem estar se diferem entre si (DAWALIBI; GOULART; PREARO, 2013).

São considerados a avaliação dos idosos instrumentos genéricos e específicos. Os genéricos dizem respeito sobretudo a saúde, e os específicos buscam avaliar aspectos também específicos da qualidade de vida, são esses alguns indicadores:

Avaliar a qualidade de vida do idoso implica a adoção de múltiplos critérios de natureza biológica, psicológica e socioestrutural, pois vários elementos são apontados como determinantes ou indicadores de bem-estar na velhice: longevidade, saúde biológica, saúde mental, satisfação, controle cognitivo, competência social, produtividade, atividade, eficácia cognitiva, *status* social, renda, continuidade de papéis familiares, ocupacionais e continuidade de relações informais com amigos. (MELO et al, 2009, p.1582)

A busca de instrumentos para mensuração da qualidade de vida levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a desenvolver o WHOQOL-00 e o WHOQOL – Bref. Instrumento de avaliação composto de cem itens, além desse há o índice de Desenvolvimento Humano (IDH), explicado anteriormente, que é bem-intencionado quando se utiliza de poucas variáveis, mas pode pecar por ser demasiadamente generalista e não ser sensível a especificidades de algumas populações, como é o caso dos idosos.

SEÇÃO 2: A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE PROMOÇÃO PESSOAL E COMUNITÁRIA

As bases da ideia de escola pública foram fundamentadas nos séculos XVIII e XIX e surgem como condicionante social para uma noção de cidadania e comunidade. O conceito de educação é concebido como um processo de formação cultural, social e individual (IOSCHPE, 2016). Tem-se, assim, no sentido da educação, uma dimensão de utilidade para a comunidade e para os sujeitos, com a disposição do processo educativo enquanto fator de promoção pessoal e comunitária.

A educação como conceito é definida de forma a ser o agente de acompanhamento do conhecimento, socialmente é tida como a maneira na qual os indivíduos se valem para decifrar diferentes códigos linguísticos (DAVID et al, 2015), proporcionando, com o seu exercício, o avanço das ciências, das artes, da tecnologia e conseqüentemente da economia e do desenvolvimento humano.

Na sociedade contemporânea, a cidadania passa diretamente pelo polo de conhecimento constituído pela educação. Para adquirir *status* de cidadão, propriamente, é necessário desenvolver o pensamento crítico que, por sua vez, depende do arcabouço da educação. A educação se estabelece, desse modo, como a forma básica de mediação da vida comunitária. Importa aduzir, também, a sua imprescindibilidade para a manutenção do sistema socioeconômico. Quanto ao seu caráter social é notável a dinâmica que agrega a educação, sendo uma demanda de sociedades que exigem espaço ao indivíduo, é um ato político e uma prática social.

Toda a problemática que envolve a educação está relacionada não apenas ao fazer, mas sobretudo sua progressão, como se estabelece como política pública, a maneira que se dispõe na vida das pessoas e por mais que os dados corroborem pra um visível avanço sua discussão ainda é necessária quando se é analisado critérios como a aprendizagem dos alunos, as condições que abrange sua ocorrência, os lugar de estudo e como ocorre a dinâmica de aprendizado, o que é disposto ao aluno em questão de infraestrutura (TEDESCO; REBELATTO, 2015).

Para tal é necessário conceituar a qualidade no tangente a educação. Na história da educação, no Brasil, a partir da década de 1920 as discussões acerca do tema ditaram uma universalidade, um caráter geral que seria estimulado pelas políticas públicas que levariam a democratização do ensino colocando a igualdade

nas oportunidades entre os favorecidos (TEDESCO; REBELATTO, 2015). A prática da educação nesses anos diz respeito a uma pedagogia totalmente nova, que visa se contrapor ao modelo escolar até então vigente, privilegiando atividades de maior individualização através de um método ativo, estimulando o educando a um exercício prático. O período como um todo é marcado pela influência da psicologia na educação, em seu corpo teórico (TEDESCO; REBELATTO, 2015).

A educação no Brasil remonta dessa época um histórico de inserção de valores doutrinários e uma forte disciplina, o cidadão agora era formado por um caráter hierárquico. Nas décadas seguintes, porém, a educação leva outro rumo no Brasil se destinando a formação de mão de obra capacitada para atender as demandas da indústria crescente. A indústria de base começa a necessitar de um enfoque tecnicista no aprendizado, assim, a escola passa a se centrar na teoria do capital humano e o investimento na educação ocorre de forma a ser pressuposto básico para o maior desenvolvimento industrial, agregando assim recursos humanos ao mercado e se contrapondo ao majoritário pensamento acadêmico que não pensava a mesma lógica mecanicista para a educação, encarava-a sim com o intento de um pensamento crítico que governaria e permitiria ao indivíduo uma visão mais atenta da realidade (TEDESCO; REBELATTO, 2015).

Chegando no governo militar a educação encarou sérias reformas com a intensificação de parcerias internacionais firmadas pelo governo motivando transformações no desenvolver econômico e social do país sob objetivo de uma almejada modernização e a favor de uma segurança nacional. O cidadão modelo não era mais o capacitado ao mercado, mas sim aquele capaz de corresponder aos interesses nacionais, era esse o objetivo das reformas na educação, sendo tida como superficial por não ter um modelo tão conteudista. O cenário era formado pela substituição de disciplinas humanísticas pelas de caráter técnico profissionais para atender a demanda da indústria que fomentava o gigantesco crescimento econômico vivenciado nesses anos, houve oferta de educação em todos os níveis, mas foi a profissionalizante no ensino secundário que foi o foco. Porém, ao final do regime militar o abismo entre o ensino secundário e o universitário era muito grande, o acesso à universidade era vivenciado apenas pela classe alta com alunos que frequentavam colégios particulares (TEDESCO; REBELATTO, 2015).

Todos os episódios ilustram períodos onde política e educação andaram juntas com a qualidade da mesma sendo dependente das condições fomentadas pelos governos vigentes em cada época, e é da educação que se edificará o arcabouço que foi estruturado na história da pedagogia e das outras ciências humanas para se tratar acerca da questão central, a qualidade do ensino.

O pensamento na América Latina sobre a qualidade deu-se início na década de 1980 dentro do espectro neoliberal que versa sobre a cooperação para construção de uma competitividade distante da isonomia democratizante, era o mercado regendo a qualidade da educação, a oferta para poucos e seu difícil acesso, um cenário altamente mercantil. Acompanhado disso o pensamento fugiu do ideal democrático e pousou sobre a lógica da qualidade numérica, dos cursos pagos e das escolas particulares de alto rendimento, mas baixa acessibilidade, correspondente a elite da época com sua forte característica de divisão. Viu-se na educação um ataque as políticas que visavam a maior universalidade, sob codinome de Reforma esse discurso possibilitou de maneira mais incisiva a segregação nos espaços da seara pública dos acessos as disposições do Estado que os indivíduos de diferentes classes sociais poderiam ter (TEDESCO; REBELATTO, 2015).

Porém forças populares colocaram em cheque o discurso quase que separatista que envolvia a questão da educação na década de 1980, foi com a Conferência Brasileira de Educação e o Fórum Brasileiro em Defesa da Escola Pública que a reivindicação por mudanças e melhoria na qualidade de ensino foram dispostas, se contrapondo aos interesses mercadológicos suscitado nas décadas anteriores com vitória do lado que lutava pela universalização visto principalmente na Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que versavam sobre um princípio de livre acesso e permanência na escola. Sendo um direito público, a educação se coloca em um padrão nunca antes debatido, mas agora suscitado em diferentes diretrizes que moldaram o jeito de se fazer a escola pública (TEDESCO; REBELATTO, 2015).

Nessa década houve sobretudo um acirramento entre as formas mercantis e democráticas sendo a inserção do Estado brasileiro no contexto de competitividade mundial acompanhada de um retrocesso em direitos sociais visto as políticas neoliberais apregoadas ao setor da educação, foram reformas que inverteram a lógica de democratização dos anos anteriores e as conquistas agora se põe em cheque

frente a postura do Estado de maiores gastos orçamentários. Agora a disposição pela qualidade estava intimamente afeiçoada ao resultado técnico e mercadológico do formado, sendo atrelado as políticas neoliberais que inseriram o Brasil numa lógica de poucos gastos transferindo a responsabilidade de espaços da esfera pública para a sociedade civil. Um Estado preocupado apenas na superficialidade de uma suposta igualdade ao acesso (TEDESCO; REBELATTO, 2015).

A expectativa de maior investimento na educação foi vivenciada no Brasil a partir da década de 1980, devido sobretudo as taxas medidas por diferentes instituições que se afeiçoavam a teoria do capital humano, que diz que países que investem em capital humano tendem a aumentar sua renda e é no impacto comunitário que a educação causa que é importante pensar em sua função social para o bem-estar proporcionado pelo aumento da renda per capita (MAIA, 2016).

É necessário se ater sobretudo ao agente precursor de políticas públicas, o governo, que tem como objetivo principal o bem-estar da população, buscando privilegiar ações de maior ganho coletivo pois é frente aos organismos multilaterais de avaliação que o desenvolvimento socioeconômico será medido através do nível de educação dos trabalhadores, atrelando a educação a indicadores como o índice do Desenvolvimento Humano (IOSCHPE, 2016).

Dessa forma a educação básica passa a ser política primária nos países subdesenvolvidos onde os índices de adesão ao ensino ainda são médios e baixos. Assim, os investimentos ocorrem sobretudo na educação básica com expectativas de melhores índices traduzidos na melhor capacitação de trabalhadores que por sua vez teriam acesso a melhores condições de ingressar nos ensinos subsequentes quando passados pelo básico.

E, mais importante, ao que tudo indica, a discrepância entre renda e indicadores sociais é passageira, conforme relata o estudo capitaneado por Gustav Ranis (2000). No longo prazo, os países ricos que não investe em capital humano tendem a ver seu crescimento de renda estagnar, e aqueles que investem bastante em capital humano tendem por fim a aumentar seu nível de renda. (IOSCHPE, 2016, preludio)

Portanto, a educação se relaciona intrinsecamente ao crescimento econômico e bem-estar ofertados pela política de serviços sociais – recorda-se que a educação

figura como direito social exposto no art. 6º da Constituição Federal. O acesso ao conhecimento, é essencial para a formação cidadã e a participação na vida pública social, portanto, a educação é um elemento crítico do bem-estar e imprescindível para a autonomia dos indivíduos, sendo um dos pilares bases do desenvolvimento humano.

SEÇÃO 3: O PAPEL DA RENDA NA SUBSISTÊNCIA COM DIGNIDADE

3.1 A RELEVÂNCIA DA RENDA DIGNA

É intimamente ligado as questões acerca de renda, educação e longevidade, mas é no enfoque na renda que a teoria do capital humano se estruturou pra dizer a respeito dos resultados em um forte investimento em educação e como isso se traduz na economia de uma sociedade. Sendo um dos principais temas abarcados pela Ciência Econômica a teoria do capital humano busca entender os principais fatores e mecanismos que desempenham papel singular no desenvolvimento de um país afim de entender a discrepância nas relações entre eles no cenário mundial. Até a década de 1950 os estudos dentro do campo da teoria econômica viam o desenvolvimento atrelado a aspectos de produção, isso é, recursos naturais, capital e trabalho, a quantidade desses elementos que estariam presentes em um país, porém, essa teoria não foi corroborada quando apresentado casos onde a posição de determinado país não condizia ao seu capital físico, mudando assim a lógica de se pensar o desenvolvimento com a introdução de uma nova variável, o capital humano ditado pelo nível de educação e conhecimento da população, o que se relaciona intimamente com o nível de produtividade do capital físico pois advêm dos avanços científicos estimulados pelo nível educacional o aparato técnico que rege o mercado. A teoria do capital humano sintetiza que as pessoas se tornariam mais produtivas conforme o nível de educação aumentasse (VIANA; LIMA, 2010).

Países que investem mais na maior diversificação e produção do PIB (Produto Interno Bruto) do que no controle de natalidade, tem políticas públicas mais eficazes. Essa eficácia pode ser determinada pelo empecilho moral que circunda as políticas de controle populacional como controle de natalidade, políticas de imigração forçada e programas de esterilização – todas interferem nas liberdades individuais, o que é um grande agravante – e na demonstração de que incentivos no PIB tendem a ser o melhor mecanismo de transformação populacional quando o resultado se traduz em maior investimento em capital humano, isso é, saúde, educação e etc (MAIA, 2016).

Ao contrário do que Malthus propunha, o aumento da renda não ocasiona em uma explosão populacional, de forma oposta, casais com maior nível de instrução tendem a ter menos filhos, pois se dedicam mais a eles, portanto políticas de controle

populacional se dão no cenário onde o crescimento e investimento em capital humano é redobrado (IOSCHPE, 2016). É de suma importância a questão da renda pois é dela que se relacionam os produtos dos serviços sociais, educação e saúde, que interferem bruscamente na qualidade de vida da população, porém não é o único objetivo de um governo ou de uma sociedade, mas é o que mais abrange todos os aspectos da vida comunitária (MAIA, 2016).

Sendo o objetivo da manutenção através de políticas públicas, a melhor distribuição de renda passou a ser tema central nos debates acerca de desigualdade no Brasil. Nos últimos 20 anos vivenciamos um processo de repartição de recursos nas mais diferentes esferas da sociedade o que possibilitou a inserção na sociedade de grupos antes segregados, essa inédita queda da desigualdade recente, no entanto, não tirou o país da lista dos países mais desiguais no globo.

3.2 OS EFEITOS DA DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A mensuração da desigualdade pode ser feita através do índice conhecido como Coeficiente de Gini. Ele diz a respeito da diferença no rendimento entre os mais ricos e os mais pobres, sendo a principal maneira de se medir e determinar a desigualdade da produção entre diferentes classes sociais e no acesso a produtos comunitários que cada uma delas dispõe. O índice conta com a limitação de se usar apenas a renda monetária como análise. Nos últimos anos no Brasil, os dados reunidos pelo Coeficiente de Gini evidenciam uma queda da desigualdade de renda no período condizente entre 2000 e 2015, caso que ainda não havia acontecido de maneira tão acentuada na história brasileira. Durante esse período a riqueza entre os mais pobres aumentou de maneira mais significativa do que do resto da população. O processo deu ruptura a acumulação vivenciada no período militar onde a estagnação foi a ordem da vez. Entre 1960 a 2001 no Brasil o Coeficiente de Gini ficou congelado em 0,59, caindo posteriormente em 2015 para 0,49, o menor índice da história e que é fruto em grande parte da inserção da classe mais pobre mercado formal, das políticas de inclusão social, do aumento do salário mínimo e da melhor distribuição de renda (CAMPELLO et al, 2018).

Conciliar o crescimento econômico com progressão social é o grande desafio no desenvolvimento dos países. O Brasil apresentou ser o único país no grupo dos

BRICS a diminuir o abismo social entre pobres e ricos e ajudar a dar amparo social aos mais carentes com a saída de 12 milhões de brasileiros da pobreza absoluta entre 1999 a 2009, por isso, o caso brasileiro é objeto de análise ao se falar de crescimento econômico e desigualdade na distribuição de renda (CAMPELLO et al, 2018). Esse processo ganhou destaque no panorama mundial, sendo ainda mais notório pois a meta da diminuição da pobreza alcançou um valor três vezes mais elevado do que a média esperada pela ONU (CAMPELLO et al, 2018).

Um estudo buscou analisar mais a fundo os efeitos da desigualdade na economia e estipulou que níveis mais elevados do PIB per capita está relacionada a diminuição na desigualdade social enquanto o contrário também impera, números mais baixos na renda per capita se traduzem em maior desigualdade social: Porém é notória a não-linearidade ao se tratar de desigualdade e mais além, a parcela de indivíduos privados de educação tende a inibir o crescimento econômico, é no processo que emprega maior nível técnico aos indivíduos que ocorre o redirecionamento de recursos dentro da economia o que favorece o aumento do PIB per capita. Os resultados mostram que as políticas redistributivas a fim de diminuir os efeitos da desigualdade na renda se traduz em menor disparidade social e aumento nos níveis do PIB per capita, relacionando intimamente investimento em políticas públicas com maior desenvolvimento econômico, pressuposto almejado pelas ciências humanas ao se falar em seguridade social (CRUZ; TEIXEIRA; MONTE-MOR, 2015).

É de suma importância para o desenvolvimento humano o papel das políticas de redistribuição de renda. Apesar do IDH não ter como componente um indicador de desigualdade, como o Índice de GINI, há também adaptações do índice que que esteja sensível a este problema. A menor desigualdade social, permite acesso a saúde, educação e promotores de bem-estar de forma mais igualitária e democrática, o que favorece o desenvolvimento humano.

SEÇÃO 4: DESENVOLVIMENTO HUMANO E POLÍTICAS PÚBLICAS

4.1 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO

A felicidade e o bem-estar são definidos por um conjunto de variáveis que se estruturam culturalmente como a tradução de valores almejados pela maioria das sociedades: as pessoas, em geral, preferem uma vida longa e saudável, com dinheiro e estimuladas intelectualmente. Para aferir acerca desse conjunto de fatores é usado critérios de saúde como a expectativa de vida, de renda com o PIB per capita e por fim, de educação. Combinando essas três dimensões temos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

Dentre os três indicadores têm-se o impulso de escolher um principal, porém todos os três estão entrelaçados. O PIB per capita se afirmou durante longa data como uma maneira mais precisa de definir o bem-estar da população pois é ele que se refere a quantidade de renda disponível a cada indivíduo, o que na maioria dos casos se traduz em maior investimento em educação e saúde, serviços sociais. Surge então na década de 1960 uma teoria que versa não apenas sobre o capital e trabalho, mas o elemento faltante, o capital humano. Não apenas restrito a dinheiro e horas trabalhadas a economia depende, mas também da qualidade da educação de seus homens e mulheres, sendo uma nação considerada desenvolvida não apenas pela quantidade de dinheiro em seu mercado, mas pela qualidade de seus cidadãos e nada fala mais do que o processo educacional envolvido na confecção desses indivíduos (VIANA; LIMA, 2010).

O aumento no capital humano não apenas gera maior produtividade do trabalhador como também o enriquece culturalmente, é um investimento que assegura rendimentos futuros no espaço socioeconômico. É importante ressaltar diferenças entre crescimento e desenvolvimento, enquanto o primeiro se trata sobre o crescimento contínuo da renda per capita o segundo é um conceito mais abrangente, que inclui indicadores de bem-estar econômico e social seja mensurando a pobreza, desemprego e outras variáveis.

A gestão pública tem como um dos seus princípios a eficiência, no sentido de buscar o cumprimento de suas competências e alcançar seus objetivos com o menor custo possível, uma vez que os recursos são escassos. Dentre as competências do

gestor público, estão as de criar, coordenar e executar processos que impactem de forma positiva a sociedade, visando sempre o bem comum. Uma das formas de potencializar uma política pública é se utilizar de indicadores para aferir sobre a realidade do alvo da política, o que pode ser usado na fase de percepção de problemas e até mesmo na avaliação, para apreciar o resultado da política desenvolvida. Levando isso em conta, pode-se dizer que o IDH, por todas as questões que o permeiam, como viu-se anteriormente, pode ser um importante instrumento para a Gestão Pública, sendo uma ferramenta capaz de mensurar quantitativamente a situação de populações e localidades no que diz respeito à educação, longevidade e renda (TSUKADA, 2016). A avaliação de políticas públicas é imprescindível para averiguar se os objetivos propostos estão sendo alcançados, se existe forma de melhorar os processos, se a intervenção foi efetiva e outros.

Os objetivos do setor público são múltiplos, ao contrário do que ocorre no setor privado onde o principal objetivo é a maximização dos lucros. Os governos, fornecendo serviços públicos e redistribuindo riquezas através de seus programas e políticas, necessitam ser avaliados. Para isso, a atividade do setor público deve ser medida e avaliada mediante a utilização de parâmetros ou indicadores que mensurem a eficiência e eficácia. (NETO et al, 2013, p. 5)

É de fundamental importância as políticas públicas para o desenvolvimento humano, pois a democratização no acesso à educação, saúde e distribuição de renda, não ocorrem de maneira natural. É necessária intervenção direta por parte do Estado ou regulações que promovam o desenvolvimento humano. O IDH pode ser um indicador de efetividade das políticas, mas pode ser também o fato gerador de políticas para um determinado local. É necessária a construção de indicadores, instrumentos e ferramentas para fomentar as decisões políticas, tornando-as mais eficazes e objetivando-se o aumento do bem-estar social, por isso é essencial o aprofundamento no campo do desenvolvimento humano.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO BELO HORIZONTE

A região de Minas Gerais teve a ocupação dada por volta do século XVI com o objetivo de encontrar bens como pedras preciosas e ouro. Foi dividida então entre a capitania de São Paulo e Minas Gerais o território correspondente aos dois futuros Estados homônimos. Minas Gerais se tornou um grande centro econômico sendo polo para muitos dos imigrantes que a povoaram. A partir de 1750 a produção de ouro começou a cair o que se traduziu em maiores impostos cobrados pelo Estado, fator determinante para o episódio chamado de Inconfidência Mineira com o empenho de livrar o Estado de Minas Gerais dos impostos cobrados pela corte portuguesa (GOUVEA, 2018)

Já no século XIX a economia do Estado se voltou a produção de café, o que também contribuiu para o aumento populacional, na criação de uma infraestrutura de transportes e na industrialização. Já por volta de 1930, a produção passou da cafeicultura para a siderúrgica (BOTTREL; MORAES, 2018).

O município de Belo Horizonte é a capital de Minas Gerais, a cidade começou a ser povoada por João Leite Ortiz por volta de 1701. Em 1889, devido ao fato de a então capital, Ouro Preto, não suportar o crescimento populacional iniciou o movimento de mudança da capital para Belo Horizonte sendo oficialmente fundada em 12 de dezembro de 1897 (BARRETO, 1996).

Belo Horizonte é caracterizado por uma área de 331,89 km² com uma densidade demográfica de 7.157,32 hab/km². Possui uma faixa de IDHM muito alta, correspondendo entre 0,800 e 1, figurando na vigésima posição dentre 5565 municípios brasileiros classificados pelo desenvolvimento humano e segunda posição dentre os municípios mineiros, ficando atrás apenas do município de Nova Lima. No Brasil, o primeiro lugar é ocupado pela cidade de São Caetano do Sul, com um IDHM de 0,862 e o último colocado é o município de Melgaço com 0,418 (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

BH (Belo Horizonte), possuía uma população de 2.501.576 habitantes, dado estimado pelo IBGE para o ano de 2018. A população cresceu em média 0,59% ao ano entre 2000 e 2010 e apresenta taxa de urbanização de 100% (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

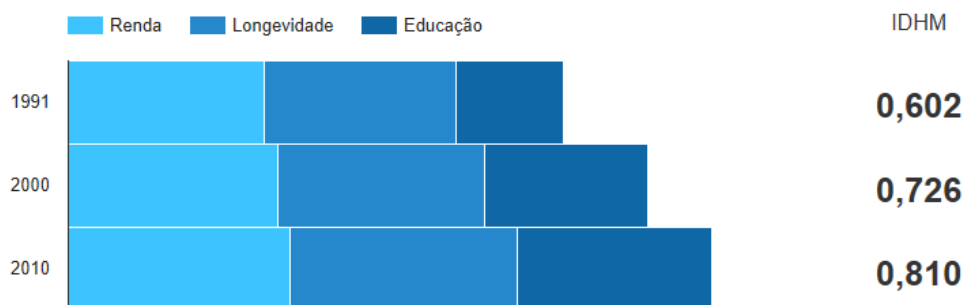


Figura 2. Evolução do IDHM de Belo Horizonte.

Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Atlas Brasil.

O IDHM, Índice de Desenvolvimento Humano de Belo Horizonte é considerado muito alto pois corresponde a 0,810, dentro da faixa de 0,800 a 1. É possível comparar o índice de desenvolvimento humano do município entre os anos 1991, 2000 e 2010, conforme se pode observar na figura 2. Entre o ano de 1991 e o ano 2000, houve aumento de 20,59% no IDHM de Belo Horizonte, enquanto que no período entre o ano 2000 e 2010 o aumento foi de 11,57%. Esses números mostram que o município tem avançado no desenvolvimento humano de sua população, porém foi observada desaceleração deste crescimento. Uma hipótese a ser considerada na explicação da desaceleração é que como o IDHM tem um limite matemático que é 1 e seria uma situação hipotética de desenvolvimento pleno inalcançável, à medida que se aumenta o IDH, se torna mais difícil fazê-lo crescer. Também seria necessário um profundo estudo comparativo entre as políticas adotadas nos dois períodos e averiguar se tinham foco no desenvolvimento. Não é objetivo deste trabalho responder a estas questões. Para efeitos de comparação, o município de São Paulo aumentou o seu IDHM em 17,09% entre os anos 1991 e 2000, enquanto que no período seguinte o incremento foi de 9,82%. Belo Horizonte teve resultado superior nos dois períodos.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Belo Horizonte - MG			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,406	0,617	0,737
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	47,88	58,31	70,15
% de 5 a 6 anos na escola	48,81	80,32	93,68
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	51,96	77,75	90,01
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	28,48	56,59	65,35
% de 18 a 20 anos com médio completo	20,33	38,74	52,84
IDHM Longevidade	0,727	0,784	0,856
Esperança de vida ao nascer	68,64	72,03	76,37
IDHM Renda	0,740	0,792	0,841
Renda per capita	797,42	1.101,96	1.497,29

Figura 3. Componentes do IDHM. Município de Belo Horizonte.

Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Atlas Brasil.

A figura 3 oferece detalhes sobre o IDHM e seus componentes no município de BH. Conforme podemos observar, o IDHM Educação aumentou 81,52% entre o ano de 1991 e 2010. Já o IDHM Longevidade teve um aumento de 17,74% no mesmo período, enquanto o IDHM renda teve incremento de 13,64%. Pode-se notar que a temática da educação teve importante crescimento durante o período mostrado, sendo a área do desenvolvimento que mais se ampliou. Outra informação importante a ser reparada nos dados é que todas as áreas do desenvolvimento tiveram avanço, a expectativa de vida ao nascer e a renda per capita se alargaram.

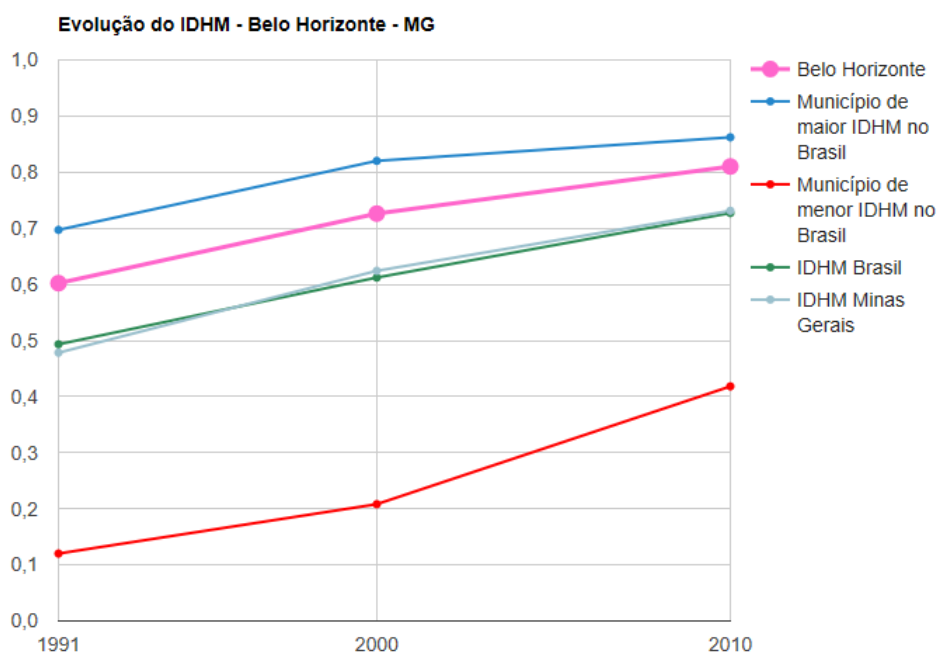


Figura 4. Evolução do IDHM – Belo Horizonte

Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Atlas Brasil.

A figura 4 faz um panorama comparativo de evolução do IDHM do município de Belo Horizonte com relação aos municípios de maior e menor IDHM do Brasil, o IDHM de Minas Gerais e o IDHM do Brasil. Como pode-se observar, todos os municípios apresentaram crescimento no desenvolvimento humano nos anos analisados. Belo Horizonte sempre teve o IDHM acima da media nacional e do estado de Minas Gerais. Também sempre esteve abaixo do IDHM do município de São Caetano do Sul, com maior medida do Brasil. Chama atenção no gráfico o crescimento acelerado do município com menor IDHM do Brasil entre os anos 2000 e 2010. O Crescimento é acima da media observada no gráfico e também pode ser fruto de pesquisas que busquem identificar as origens dessa aceleração.

Estrutura Etária da População - Município - Belo Horizonte - MG						
Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	604.101	29,92	543.528	24,28	449.570	18,93
15 a 64 anos	1.320.284	65,39	1.555.730	69,50	1.719.587	72,40
População de 65 anos ou mais	94.736	4,69	139.256	6,22	205.994	8,67
Razão de dependência	52,93	-	43,89	-	38,12	-
Taxa de envelhecimento	4,69	-	6,22	-	8,67	-

Figura 5. Estrutura Etária da População de Belo Horizonte

Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Atlas Brasil.

A figura 5 trás dados referentes a estrutura etária da população de BH. Esses dados são extremamente importantes pois fornecem um panorama de envelhecimento da população e, como vimos nas sessões anteriores, a população idosa demanda mais esforços públicos para manutenção de seu bem-estar. Podemos testemunhar o envelhecimento da população belorizontina baseando-se nas informações fornecidas. Em 1991, a população com mais de 65 anos em Belo Horizonte correspondia a 4,69% da população total, enquanto que em 2010 eram 8,67% da população total. É um crescimento notório, já que o numero quase dobrou em duas décadas.

1991 Pirâmide etária - Belo Horizonte - MG
Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade

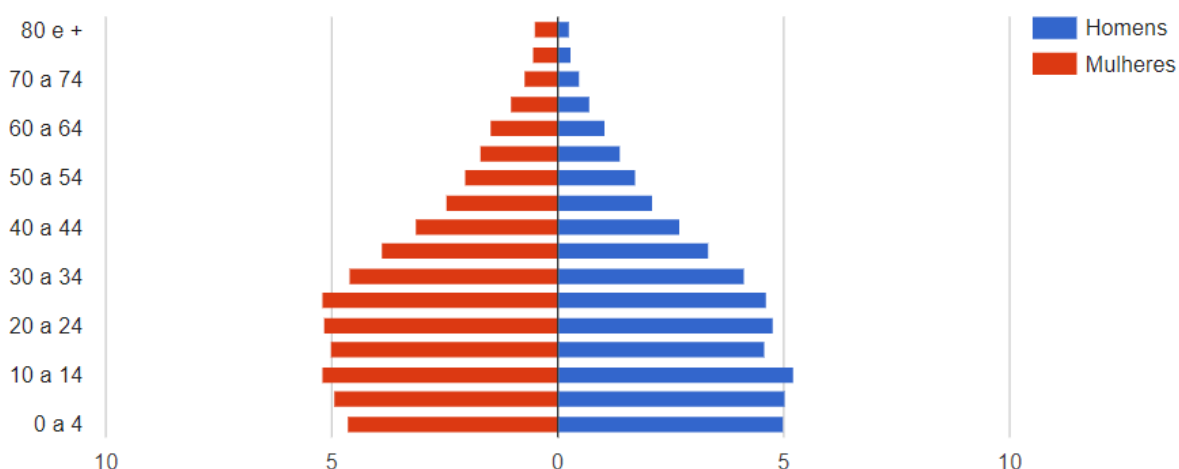


Figura 6. Pirâmide etária de Belo Horizonte 1991

Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Atlas Brasil.

2010 Pirâmide etária - Belo Horizonte - MG

Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade

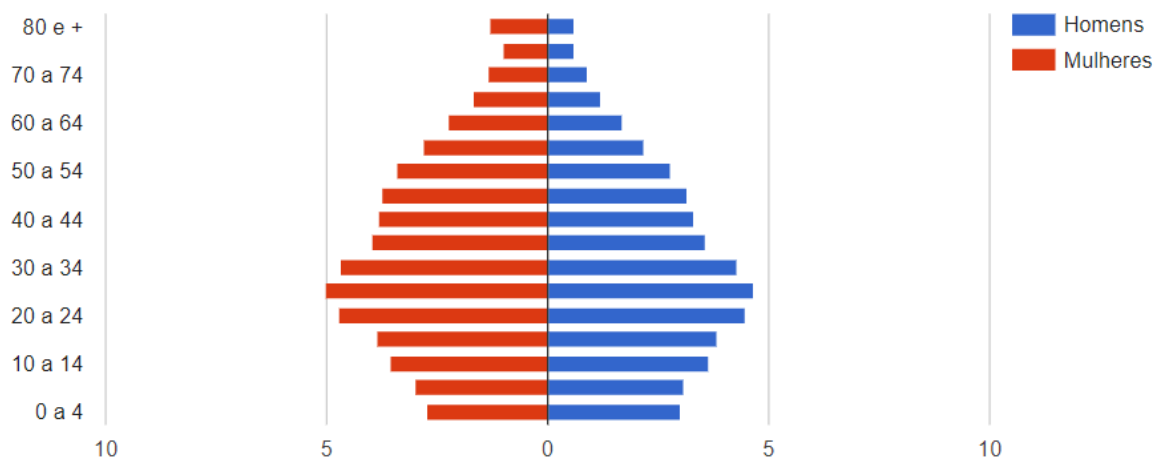


Figura 7. Pirâmide etária de Belo Horizonte 2010.

Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Atlas Brasil.

As figuras 6 e 7 são pirâmides do município de Belo Horizonte nos anos de 1991 e 2010, respectivamente. Pirâmides etárias são representações gráficas da quantidade de pessoas pela faixa de idade. Como pode ser observado, no ano de 1991 temos em BH uma pirâmide quase perfeita. Esse tipo de figura é característico de uma população com grande número de jovens e pouco número de idosos. Com o passar do tempo e como pode ser observado na figura 7, já no ano de 2010, a pirâmide vai se deformando, já que com a taxa de fecundidade em queda o número de jovens vai diminuindo, enquanto que a queda na taxa de mortalidade aumenta o número de idosos no topo da tabela. Persistindo o movimento de queda na fecundidade e aumento na esperança de vida da população, a tendência é que se tenha graficamente uma pirâmide invertida, característica de população com idade média avançada e em decréscimo, quando o número de nascidos já não supera mais o número de pessoas que morrem.

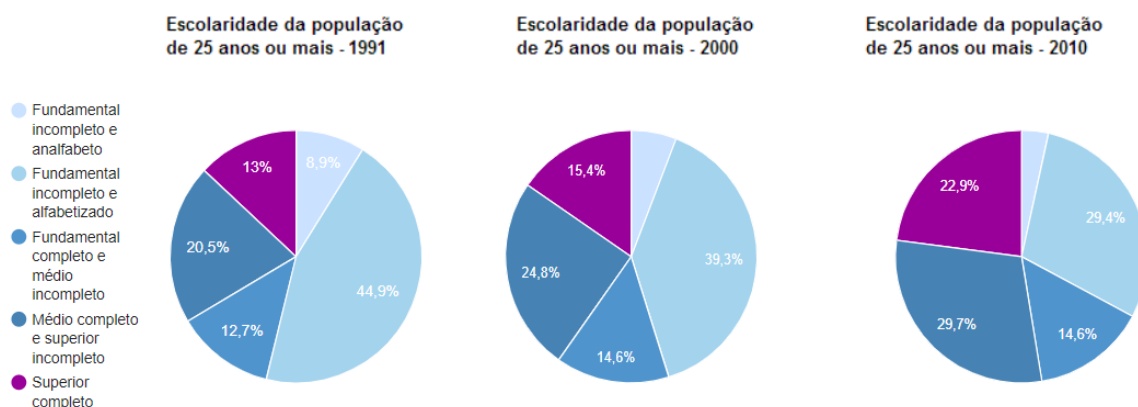


Figura 8. Escolaridade da população de 25 anos ou mais no município de Belo Horizonte.
Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Atlas Brasil.

A figura 8 sintetiza dados da educação da população do município de Belo Horizonte. Ela mostra que a população com 25 anos ou mais está avançando mais no ensino formal, passando dessa forma a possuir mais anos de estudo. Em 1991, 13% da população com mais de 25 anos era formada no ensino superior, enquanto que em 2010 a população assim titulada era 22,9%. Em 1991 8,9% da população na faixa de idade analisada era analfabeta, enquanto que em 2010 esse número caiu para apenas 3,5%. Pensar que 3,5% da população acima de 25 anos era analfabeta em Belo Horizonte, uma cidade de IDHM elevado, pode causar espanto. Porém, é importante levar em conta que estes dados trazem consigo uma certa inercia, fruto da população mais velha que não foi alfabetizada anteriormente.

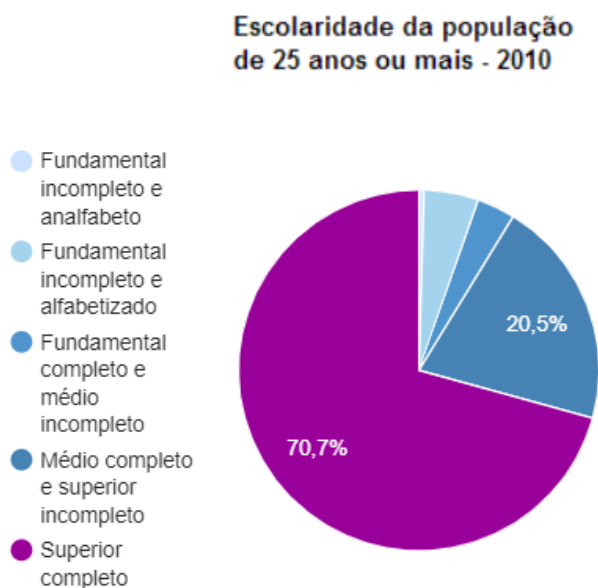


Figura 9. Escolaridade da população de 25 anos ou mais na UDH Santo Agostinho / Lourdes, Belo Horizonte.

Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Atlas Brasil.

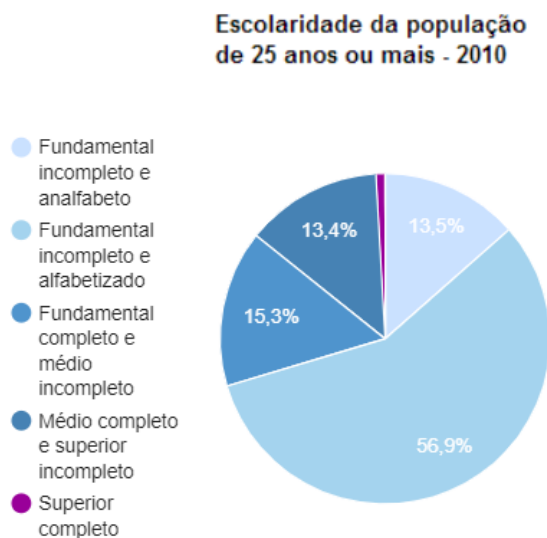


Figura 10. Escolaridade da população de 25 anos ou mais na UDH Vila dos Anjos, Belo Horizonte.

Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Atlas Brasil.

As figuras 9 e 10 representam os mesmos dados trazidos na figura 8. Porém, nessa situação os dados são referentes as Unidades de Desenvolvimento Humano Santo Agostinho/Lourdes e Vila dos Anjos, que são respectivamente as UDH com maior e menor desenvolvimento humano do município de Belo Horizonte. As Unidades de Desenvolvimento Humano são subdivisões do município, semelhantes a bairros. São a menor região de mensuração do IDHM. Podemos observar uma disparidade

muito grande mesmo dentro de Belo Horizonte, cidade de desenvolvimento alto. Enquanto que em Santo Agostinho/Lourdes, no ano de 2010, 70,7% da população acima de 25 anos possuía formação superior, número inclusive três vezes maior que a média municipal, em Vila dos Anjos, apenas 0,9% dessa população possuía o ensino superior completo. Isso demonstra uma situação de desigualdade no acesso à educação, princípio básico para o desenvolvimento pleno do indivíduo.

Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Belo Horizonte - MG

	1991	2000	2010
Renda per capita	797,42	1.101,96	1.497,29
% de extremamente pobres	5,04	2,38	0,79
% de pobres	17,23	10,57	3,80
Índice de Gini	0,61	0,61	0,60

Figura 11. Renda, Pobreza e Desigualdade em Belo Horizonte.

Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Atlas Brasil.

A figura 11 expõe os dados de renda no município de Belo Horizonte. Percebe-se que houve crescimento da renda per capita durante todo o período, que compreende do ano 1991 a 2010. Também houve considerável diminuição na parcela de extremamente pobres e pobres na cidade, a baixa nesse número pode ser reflexo do aumento da renda e a queda beira os 80% em ambos os casos. É considerado pobre, o indivíduo com renda per capita inferior a R\$140,00 mensais, extremamente pobre é o que tem renda inferior a R\$70,00 mensais em 2010. Apesar do aumento da renda e diminuição da pobreza, observou-se uma baixa queda no Índice de Gini, que mede desigualdade. Isso significa que houve aumento de produção, mas a distribuição de renda foi quase nula, permanecendo quase que inalterada em 1991 e 2010. O baixo resultado na evolução do Índice de Gini pode explicar as disparidades sociais presentes nos dados das unidades de desenvolvimento humano de Belo Horizonte, como o que vimos anteriormente no acesso ao ensino superior.

CONCLUSÃO

Esse trabalho atentou-se em listar, explicar e revisar alguns dos aspectos da vida em comunidade que são mensurados entre renda, longevidade e educação. A renda, longevidade e educação integram a tríplice do Índice de Desenvolvimento Humano, criado para se ater as definições do que seria o ideal no que tange a qualidade de vida. Discutiu-se os marcos da demografia brasileira como as transformações vivenciadas na sociedade ao longo dos últimos 50 anos, além disso, tratou-se a respeito da importância das políticas na promoção do desenvolvimento.

Estipulado como um dos principais desafios da contemporaneidade, o envelhecer e todos os aspectos envolvidos nesse fenômeno é alvo de discussão em círculos acadêmicos e no cotidiano da sociedade, porém atenta-se além do simples envelhecer, a forma como ocorrerá, seus desdobramentos que envolvem questões como a qualidade de vida, a educação e a renda que permeiam o ambiente e as pessoas que se desenvolvem nele, além disso, traçou-se a associação entre esses aspectos e o desenvolvimento econômico que forma toda a estrutura necessária para atender as necessidades e deveres direcionados a população.

Começamos definindo desenvolvimento humano e o IDH, índice amplamente utilizado em sua mensuração. Em seguida, indicamos marcos na disposição das sociedades como um geral e a brasileira, alinhando diretrizes públicas à busca de qualidade de vida que produziram transformações no seio da sociedade contemporânea. Como foi apontado, as diretrizes públicas promoveram mudanças na sociedade quanto a extensão da mortalidade infantil e nos aspectos de fertilidade vivenciados desde a década de 1970. Nesse sentido, buscou-se discutir a qualidade de vida com a longevidade, tema que passou a ser foco das discussões na atualidade, destacando a responsabilidade do poder público sobre os nortes do bem estar da população idosa.

Quanto a educação discutiu-se seu lado social e seu impacto na esfera pública e privada dos indivíduos. Debateu-se sobre o a importância que a temática adquire na sociedade contemporânea, sendo quase que requisito para a cidadania. Viu-se como se deu a evolução da discussão sobre a temática educacional no Brasil, mudando-se várias vezes o foco dependendo dos objetivos do governo, passando por uma educação técnica, voltada para indústrias, até uma discussão mais ampliada do

conceito de educação, que forma indivíduos críticos. Abordou-se ainda, o intento estatal de promoção de melhores condições de vida centrando-se sobre isso o condicionante básico que é a renda, sua importância e seu manejo que dá forma as características primárias nas sociedades. Como visto, a renda proporciona a promoção do bem-estar público. Discutiu-se questões acerca da concentração da produção, que gera desigualdade e suas melhores aplicações quanto ao pensar a boa vida, sendo essa não pautada apenas na renda e longevidade, mas também na educação.

Foi também colocado em discussão a importância das políticas públicas para o desenvolvimento humano e o valor do IDH como ferramenta para a gestão pública. Foi exposto o caso particular do município de Belo Horizonte, suas características e disposições referentes aos aspectos mensurados no índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Como foi mostrado nesse trabalho o IDHM de Belo Horizonte caracterizou-se por um aumento na expectativa de vida de 4,3 anos na última década, com 76,4 anos ao final, uma renda de R\$ 1.497,29 e quanto a educação 3,45% eram analfabetos. Esses números dizem respeito e permitem classificar o município como sendo de desenvolvimento elevado.

Viu-se na análise de dados do município de Belo Horizonte, que há ainda espaço para muita discussão. As possibilidades para estudos dentro do campo do desenvolvimento humano são muitas e dentro dos próprios dados do município de Belo Horizonte é possível fazer várias indagações que levariam a novas pesquisas.

É de suma importância o aprofundamento dos estudos do desenvolvimento humano dentro da Gestão Pública, já que as políticas devem objetivar o aumento do bem-estar geral da população e o IDH é um importante instrumento que pode ajudar a direcionar recursos para determinadas áreas e populações.

REFERÊNCIAS

Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em: 23 de nov. de 2019.

BARRETO, Abilio. **Belo Horizonte memória histórica descritiva.** Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, 1996.

BOTTREL, Fred; MORAES, Marcilio de. **Café, siderurgia e startups: 90 anos de economia em páginas de jornal.** Jornal Estado de Minas, 2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/90-anos/2018/07/13/interna_90_anos,973025/a-evolucao-da-era-do-cafe-a-inovacao-das-startups-em-90-anos-de-histor.shtml>. Acesso em: 23 de nov. de 2019.

CAMPELLO, Tereza et al . **Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás.** Saúde debate, Rio de Janeiro , v. 42, n. spe3, p. 54-66, Nov. 2018

CARVALHO, José Alberto Magno de; GARCIA, Ricardo Alexandrino. **O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico.** Cadernos de Saúde Pública, 2003

CRUZ, Poliano Bastos da; TEIXEIRA, Arilton; MONTE-MOR, Danilo Soares. **O Efeito da Desigualdade da Distribuição de Renda no Crescimento Econômico.** Rev. Bras. Econ., Rio de Janeiro , v. 69, n. 2, p. 163-186, 2015.

DAWALIBI, Nathaly Wehbe; GOULART, Rita Maria Monteiro; PREARO, Leandro Campi. **Fatores relacionados à qualidade de vida de idosos em programas para a terceira idade.** Ciênc. saúde colet. 19 (08) Ago 2014

DAVID, Celia Maria et al. **Desafios contemporâneos da educação.** São Paulo. Editora UNESP. 2015

FELIX, Jorgemar Soares; **Economia da longevidade: uma revisão da bibliografia brasileira sobre o envelhecimento populacional.** São Paulo. 2015.

GOUVEA, Viviane; **Ouro e Diamantes na Colônia Americana.** Arquivo nacional e a história luso-brasileira. 2018.

IOSCHPE, Gustavo. **A ignorância custa um mundo: O valor da educação no desenvolvimento do Brasil.** São Paulo. Editora Objetiva, 2016.

KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato P.; RAMOS, Luiz Roberto. **O envelhecimento da população mundial: um desafio novo.** Rev. Saúde Pública, São Paulo , v. 21, n. 3, p. 200-210, June 1987.

MAIA, Redento Pedro Carlos **Crescimento e desenvolvimento económico global sustentado.** RGPLP, vol. 15. Lisboa, 2016.

MELO, Mônica Cristina; SOUZA, André Luiz; LEANDRO, Edélvio Leonardo; MAURÍCIO, Herika de Arruda; SILVA, Iêdo Donato; OLIVEIRA, Juliana Maria Oriá; **A educação em saúde como agente promotor de qualidade de vida para o idoso**; Ciênc. saúde coletiva vol.14, Rio de Janeiro, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário**. Ciênc. saúde coletiva vol.5 no.1 Rio de Janeiro, 2000.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. **O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras**. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol., Rio de Janeiro, 2016; 19(3):507-519.

MOTA, Hugo. "O que é IDH?"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-idh.htm>. Acesso em 23 de novembro de 2019.

NETO, Luiz Medeiros de Araujo et al. **Mensuração da eficiência na gestão pública portuguesa: uma aplicação da análise envoltória de dados**. Associação Brasileira de Custos. Uberlândia. 2013

PNUD Brasil. **O que é desenvolvimento humano?** Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-desenvolvimento-humano.html>>. Acesso em: 23 de nov. de 2019.

PNUD; IPEA; FJP. **O índice de desenvolvimento humano brasileiro**. Brasília. PUND Brasil, 2013

RAMOS, Marilha. **Apoio social e saúde entre idosos**. *Sociologias* 2002

SIQUEIRA, Renata Lopes de; BOTELHO, Maria Izabel Vieira; COELHO, France Maria Gontijo. **A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais**. *Ciênc. saúde coletiva* 2002, vol.7, n.4.

TEDESCO; Anderson Luiz; REBELATTO Durlei Maria Bernardon. **Qualidade Social da Educação: um debate aberto**. 2015.

TSUKADA, Claudia Yuri Pereira de Sousa. **O índice de desenvolvimento humano municipal (idhm) como importante ferramenta de gestão pública**. 2016

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera de. **Capital humano e crescimento econômico**. Interações (Campo Grande), Campo Grande , v. 11, n. 2, p. 137-148, Dec. 2010